

## 4 Da percepção à liberdade

### 4.1. A filosofia como missão

Refletindo-se na multidão de projetos, que o homem traça todos os dias, observando-se a confiança, com que se abandona aos encantos deste mundo, dir-se-ia que o homem nada tem de miserável; que o número de seus dias está à sua disposição; que o seu coração é cercado com uma tríplice muralha contra os ataques, que ameaçam sua existência; e que este campo de batalha, em que deve militar como se expressa Job, não é mais que o lograr do riso, dos jogos, e da alegria. Sejam porém quais forem seus esforços – diz Santo Ambrósio – tudo fala ao homem de sua queda, e sua destruição. Todos os objetos, que nos cercam, nos advertem, sem cessar, que a morte deve reduzir a pó a obra prima da criação.<sup>211</sup>

Monte Alverne

As palavras de Monte Alverne são úteis para que possamos reconhecer um fenômeno caro a Gonçalves de Magalhães, a saber, a alienação do homem em relação à sua humanidade, à sua finitude constitutiva. O autor dos *Fatos do Espírito Humano* nos apresenta, logo de início, aquilo que para ele seria a raiz do mal-estar da modernidade - o simulacro de divindade que o homem constrói a partir da promessa de bem estar material; puro desejo. Como vimos, aliás, o desejo irrefreável de ganhos materiais tornou-se um elemento importante à manutenção da escravidão e da imoralidade dela decorrente no Império do Brasil. O Estado não respeitara as autonomias, pois que tomado por homens puro desejo. Observemos o olhar atento de Magalhães ao mundo que o rodeava.

No meio da apoteose dos interesses materiais, cujo brado vitorioso se eleva com o fumo do carvão fóssil, que exalado de mil forjas paira e negreja sobre todas as capitais e voa em longas faixas de cidade em cidade, anunciando por onde passa que uma população inteira vence o espaço e a distância com a rapidez do vento; seja permitido ao homem que se gloria do seu tempo, mas que não julga dever por isso extasiar-se exclusivamente diante da locomotiva, entregar-se um pouco a meditações menos industriais e positivas e aproveitar assim algumas horas desta vida tão afadigada, e, às vezes, tão inutilmente cheia como o tonel das Danaides.<sup>212</sup>

---

<sup>211</sup> ALVERNE, M., [S.d.], p. 3-4.

<sup>212</sup> MAGALHÃES, D. J. G. de, 2004 [1858], p. 53. Como o presente capítulo se dedica a essa obra em especial, sempre que a ela nos referirmos faremos as devidas referências no próprio corpo do texto.

Como podemos ver, Gonçalves de Magalhães está atento às transformações que estavam ocorrendo no seu tempo. Fala-nos das grandes cidades, da poluição que delas emana, lembra-nos das importantes locomotivas e das novas noções de tempo e de espaço. Aponta para todo esse processo, contudo, a partir de uma dupla constatação. Em primeiro lugar, adverte para a necessidade de releituras em relação às transformações oriundas da modernidade, no entanto, num segundo momento, afirma ser fundamental continuar promovendo avanços técnicos e materiais.

Percebemos que Magalhães não está em busca de alguma idade do ouro,<sup>213</sup> de um lugar originário, no qual o homem vivia em perfeita composição consigo mesmo, com o seu próximo e com a natureza, aliás, todo o contrário. Critica a alienação humana moderna, porém, não deixa de buscar o progresso, melhor dizendo, certa autonomia em relação à natureza. Acompanhemos duas importantes citações. Na primeira, veremos que Magalhães busca desmitificar uma falsa situação de felicidade e de completude humanas, prometidas pelos avanços técnicos, assim como fizera Monte Alverne. Na outra, perceberemos a valorização da ação do homem em meio ao mundo.

“As vastas oficinas, as numerosas fábricas, todos esses arsenais da indústria moderna que alimentam o comércio dos mais longínquos povos e satisfazem os mais extravagantes caprichos do luxo, não satisfazem contudo todas as necessidades do nosso espírito, como não resolvem o problema da existência e da sociedade humana”. (p. 53)

Todavia:

É sem dúvida um espetáculo digno de admiração o que apresenta o gênero humano, lutando sem cessar braço a braço com uma natureza tão rica e caprichosa, que ostenta a seus olhos uma profusão inútil para o homem e lhe nega ao mesmo tempo o necessário, ou só lho concede como recompensa do trabalho, em troca do suor do seu rosto e de grandes sacrifícios. Uma natureza inconstante, que em suas fases periódicas se revolta de mil modos contra as suas cidades, inunda os seus campos, devasta as suas searas, afoga as suas alimárias; solta os ventos e as tempestades que varrem os mares, empolam as ondas, submergem os seus navios e transportam os miasmas de um a outro continente; outorga a vida a miríades de entes invisíveis, que

---

<sup>213</sup> É importante lembrar a crítica que Magalhães faz a Rousseau, ou pelo menos ao que ele entendeu ser a proposta do filósofo de Genebra. O autor fluminense se põe contrário ao culto do bom selvagem. Magalhães não pretende um ir para fora da civilização ocidental, mas por outro lado, um aperfeiçoamento dela a partir de profundas reformas.

empestam os ares, inficionam (sic) as águas, ou vêm disputar ao homem o fruto do seu trabalho, a vida da sua vida! (p. 53-54)

Como podemos ver, o segundo trecho é capaz de dar sentido mais preciso ao primeiro. Percebemos que Magalhães, ao falar de uma natureza indomável, afirma que a relação entre o homem e o mundo da matéria se daria a partir de nomeações necessárias e de vazios de inteligibilidade, ambos concomitantemente. O homem constrói imensas e suntuosas capitais, diria o autor dos *Fatos*, entretanto, não é capaz de conter a fúria da natureza.<sup>214</sup> A presença humana no mundo é acompanhada, segundo Magalhães, de incompletude, todavia, nem por isso é desprezível. Para o filósofo, a condição da moralidade, possibilidade de possuir méritos e de responsabilizar-se pelos próprios erros, somente é possível no mundo da falta; lugar dos seres humanos. Do contrário, tudo seria puro fluxo, não havendo espaço para a dúvida e para o diálogo.<sup>215</sup> Como exclamou Monte Alverne – “Tudo fala ao homem de sua queda”, de sua fragilidade.

Temos, até aqui, um diagnóstico preciso. Sabemos que Gonçalves de Magalhães alerta para um certo mal-estar da civilização, mal-estar material (“miséria”) e moral (arbitrariedade). Não obstante, notamos, também, que a reflexão de Magalhães não clama por rupturas, mas constitui um repensar do mundo que expressa a necessidade de se estabelecer limites ao ímpeto totalizante. Vejamos um trecho dos *Fatos* que não nos deixa ter dúvidas sobre a aflição que toma ao nosso autor.

<sup>214</sup> O conceito de *natureza* nos *Fatos* aponta para o não domesticável que dá contornos à finitude humana. Isso não quer dizer que o homem deva se entregar ao imponderável, todo o contrário. Magalhães está preocupado em garantir um conhecimento sobre a natureza que deve ser entendido como problemático.

<sup>215</sup> Como afirma César de Araújo Fragale – “O que é, pois, a exigência de liberdade em Magalhães senão uma abertura à superação do determinismo da natureza que, uma vez concebida como estado ou modo originário do ser determinado por causas estranhas à inteligência e à vontade, torna o ser humano vítima do próprio nascimento?”. FRAGALE, C. de A., 2003, p. 77. E continua: “Daí que maior ignorância, ou mistério, em relação às contingências futuras, maior grau de liberdade quando o sujeito, mesmo arrastado pela causalidade externa, procura determinar-se, sendo ele mesmo o autor de seus atos, a causa de seus movimentos e de sua atividade, dando a si mesmo as razões de agir e os fins (...) A liberdade, como expressão de luta, esforço, resistência à causalidade externa, transforma-se positivamente na única evidência da consciência de si como um absoluto, especialmente se considerarmos que a limitação do entendimento é de tal ordem que há coisas que lhe são incognoscíveis de direito, como é o caso do conteúdo infinito das contingências futuras”. *Ibid.*, p. 80.

Se a vida material na plenitude de seus gozos nada mais tivesse que desejar; se por algum feliz descobrimento na explicação da eletricidade se conseguisse aumentar prodigiosamente a verdade da Terra, como se conseguiu vencer as distâncias; se esses milhares de escravos de raça branca, a que na linguagem culta da Europa dá-se o nome de povo, trabalhador, ou proletário, deixassem de comparar com olhos esfaimados os belos produtos de suas mãos com a sua nudez e miséria, e o escasso pão amargo que repartem com seus filhos, com as sobras dos festins dos ricos, lançadas todos os dias aos cães; se pudesses participar um pouco dos benefícios desta decantada civilização, que, bem como o raio de sol, não penetra o horror das suas esquelidas espeluncas; se vissemos enfim realizados os dourados sonhos da economia política, nem assim se daria por satisfeito o espírito humano; ao contrário com maior ardor se lançaria nessas regiões puras da metafísica, que em todos os tempos atraíram os olhos dos filósofos. (p. 54-55)

As palavras acima apontam para rumos equivocados que o mundo liberal burguês estaria tomando durante a segunda metade do século XIX. Vemos que Magalhães está consciente das pretensões do liberalismo econômico e contra a hegemonia dos “dourados sonhos da economia política”.<sup>216</sup> Alerta para a necessidade da reflexão, para o estabelecimento de novos valores que forjem outras formas de comportamento no mundo, em especial menos individualistas e materialistas. A solução para tal situação de desequilíbrio estaria na gravidade de um certo pensamento filosófico, na verdade, numa certa orientação reflexiva.<sup>217</sup>

O que Gonçalves de Magalhães está propondo é uma atitude crítica permanente. Somente a partir dessa atitude se poderia, menos do que alcançar a autonomia em relação ao dito real, garantir a todos os mesmos direitos de participação. Assim como em Descartes, a consciência de si levaria à constatação

<sup>216</sup> Magalhães anuncia duas lógicas caras ao capitalismo oitocentista. Em primeiro lugar, nos fala da impossibilidade de uma dominação plena do homem em relação à natureza, logo ao mito da produtividade infinita. Num outro momento, discorre sobre os efeitos maléficos provocados pela reificação do trabalho e sobre o crescimento econômico baseado em violenta concentração de riquezas.

<sup>217</sup> Luiz Alberto Cerqueira nos fala do espiritualismo de Magalhães. Defende que o autor dos *Fatos* apresenta no Brasil, próximo às filosofias de Descartes e da releitura aristotélica promovida em Portugal por filósofos como Pedro da Fonseca, a preocupação com a *consciência de si*. Bem, isso significa que Magalhães propunha, diferentemente dos sensualistas franceses, o inatismo e a autonomia da consciência, e o necessário desdobramento do eu sobre si mesmo, buscando, por fim, afastar-se dos simulacros propostos pelos sentidos, pelas paixões, pelo determinismo da natureza. A partir de então, poder-se-ia falar em um “eu” autônomo. Vejamos – “O fato que marca o nascimento da filosofia brasileira no século XIX é a introdução da liberdade como princípio de ação. Cabe a Magalhães esse mérito (...)” E aproximando Magalhães a Descartes, explica o que é essa liberdade de ação, resultado do recolher-se à inteligência, do alcance da consciência de si – “O que é, pois, a liberdade em Descartes, senão uma força espiritual, uma espontaneidade uma certa *facilidade* de ação, que o ser humano adquire em função da consciência de si inerente ao *Cogito*? Facilidade que posteriormente se traduzirá como autonomia e autodeterminação contra o mecanismo da natureza”. CERQUEIRA, L. A., 2002, p. 138.

de uma força primeira e a autodeterminação<sup>218</sup> passaria a ser entendida como um atributo universal e perfeito permitido ao homem pelo Infinito.<sup>219</sup> Como observamos, o filósofo desfere um duro golpe no despotismo e na moral escrava do Estado imperial, à época sob a direção dos Regressistas e, posteriormente, dos Conservadores Saquaremas.

...o Ecletismo que no Brasil deve quanto antes ser plantado para que a mocidade aprenda a não dizer blasfêmias contra Deus e os homens. Por falta de Ecletismo um ex-Ministro disse que não havia no Brasil necessidade de escolas de Filosofia e Retórica; outro, que ainda governa, em uma portaria disse que as artes não precisam de proteção; um charlatão quis achar a alma no cadinho, um matemático olha com desprezo para um poeta etc. etc. Mas eu tenho esperanças no futuro; o império da mediocridade há de cair, mas à condição de uma *luta consciente*, sem o que governará ainda por algum tempo os espíritos; convém, pois, que nos *armemos* não com punhais, mas com os *brandões da sabedoria* e ao seu clarão desaparecerão as trevas.<sup>220</sup> (Grifo próprio)

Aqui, portanto, Magalhães está nos falando da necessidade de implementação de uma razão emancipada, na linha do *cogito* cartesiano. Alerta-nos para a necessária “luta consciente”, ponto essencial de seu projeto civilizador. Ao invés da espada, a educação em primeiro lugar; havia de se construir homens fortes. Essa atitude representa a abolição do pensamento humano em relação às forças

<sup>218</sup> César de Araújo Fragale comenta o respeito à autonomia, à liberdade de reflexão e de ação do outro, aproximando Magalhães a Vieira e a seu processo de **conversão**. Segundo Fragale, a educação em Magalhães se aproxima daquilo que é a conversão para o padre português, melhor dizendo, a necessidade de se levar o outro a ver por si mesmo e de querer a verdade que encontra e professa, autêntica atuação livre, senão vejamos: “O que não significa um jogo de palavras gratuito e inseqüentemente, mas uma concretização perfeita do ideal retórico da arte de bem dizer, para persuadir, por uma utilização equilibrada das técnicas a serviço da função específica de entusiasmar, motivar a atenção e persuadir os destinatários, levando-os a tomar atitudes conscientes. Deste modo há que considerar a conversão, do ponto de vista dialético, como a habilidade em revelar a outrem, através da linguagem, o desconhecido (a própria alma em oculto) a partir do conhecido (...) Portanto, o pregador é aquele que apresenta sinais para que o aluno possa por si extrair o ato dos particulares dos conhecimentos universais, ou seja, trata-se de eduzir o conhecimento em ato a partir da potência”. FRAGALE, C. de A., 2003, p. 32-33.

<sup>219</sup> Como afirma Vieira, pensador revelado a Magalhães por Monte Alverne – “pelas conveniências do bem comum se há de transformar os homens [...] hão de deixar de ser o que são por natureza, para serem o que devem ser por obrigação [...] porque o ofício há-se de transformar em natureza, a obrigação há-se de converter em essência”. E Fragale continua afirmando ser o trabalho e a interação, dois conceitos fundamentais à afirmação da finitude e à necessidade de diálogo em Magalhães. Apud. Fragale, César de Araújo. *Ibid.*, p. 81.

<sup>220</sup> MAGALHÃES, D. J. G. de, 1964, p. 46.

arbitrárias e obscurantistas que insistiam em dirigir as reflexões e as atuações do homem no mundo. Como afirma Cerqueira:

Ele representa a transição de uma educação fundada no aristotelismo português para uma educação fundada na filosofia moderna; ele fez a mudança do princípio teológico da conversão – princípio esse que vigorou ao longo de dois séculos no aristotelismo sob a *Ratio Studiorum* – para o princípio ontológico do cogito cartesiano.<sup>221</sup>

Podemos perceber que participava da construção de um mundo desumano, além da atitude materialista, o pensamento lógico-escolástico, resguardado pela Contra-Reforma. O pensamento teológico da conversão se impunha tão somente a partir de uma figura exterior ao indivíduo, a do padre por exemplo, que apontava para as necessárias e absolutas diretrizes do bom viver. Afirmção da verdade que não se preocupava, diferente dos caminhos propostos por Vieira e por Magalhães, com a autonomia do pensamento enquanto fim. Para o autor dos *Fatos*, subjugar-se a essa atmosfera religiosa irracional era desabilitar-se da condição de agente no mundo, mantendo-se na posição de dominado. Era não reconhecer a fundamental diferença ontológica entre a perfeição dos planos de Deus e a parcialidade do saber humano em geral. Vejamos um importante depoimento de Magalhães acerca dos perigos revelados pela ação religiosa obscurantista, pela falsa conversão:

As verdades, porém, têm contra si as suscetibilidades de corporações poderosas, as vantagens práticas das crenças e das seitas, a ignorância de uns, o proveito de muitos, os preconceitos de uma ordem social que dispõe sucessivamente da cicuta, da cruz, de fogueiras, de dragões e de cárceres para provar que só ela tem razão. Quando muito toleram hoje, porque de todo não podem dar cabo da razão, que viva a filosofia teoricamente nas escolas, *sem pretensões de dirigir o mundo social e de querer aplicar os seus princípios para melhorar a ordem existente*. O exemplo de Galileu quais seriam os progressos das ciências físicas, apesar do seu método, se elas perturbassem a consciência e ameaçassem o frutífero mando dos tutores do gênero humano, os quais protestando sempre contra a razão, sempre declarando contra a filosofia do século, se esforçam para conservar em suas faixas um pupilo que se julga com força de administrar a sua herança de razão e de liberdade. (p. 64-65) (Grifo próprio)

---

<sup>221</sup> CERQUEIRA, L. A., 2002, p. 22.

Magalhães se refere ao irracionalismo religioso. Fala-nos de “seitas” e nos apresenta signos que, sabemos, configuram a própria ordem cristã - a “cruz”. O elemento vitimado é a razão, representada, no trecho acima, pela figura de Galileu, e o outro, aquele que executa o papel de algoz, é trazido a partir da “metáfora” da “fogueira”. Trata-se da Igreja Católica e de todo o seu processo contra-reformista.<sup>222</sup>

Magalhães reafirma serem importantes à humanidade os progressos técnicos apresentados pelas ciências naturais modernas. Por outro lado, e voltando à crítica a certo saber científico, verifica que os resultados alcançados pelas ciências naturais, apesar de úteis, estariam sendo prejudicados pela metodologia materialista que falseava conclusões, apresentando, por vezes, fantasmagorias, transformando-se em idealismo e despotismo. Como vimos, essa atitude das modernas ciências apenas está preocupada em estabelecer verdades absolutas, alcançáveis a partir de vigilante e instrumentalizada observação.<sup>223</sup> Todos estariam mergulhados em um mundo desumano, um lugar no qual a autonomia e o diálogo não seriam respeitados, e tudo isso em favor de uma ou de algumas vozes que se julgavam capazes de direcionar/determinar as vidas alheias.

Enfim, Magalhães está comentando os riscos trazidos à humanidade pelas atitudes sensualista/materialista<sup>224</sup> e idealista, formas essas que viriam ocupando, desde a antiguidade, lugar de proa na filosofia, determinando, também na modernidade, a atuação das ciências naturais. A atitude materialista nas ciências naturais e na ciência filosófica produzia o que Magalhães chamava de mito da objetividade,<sup>225</sup> principal responsável, aliás, pelas arbitrariedades humanas. A reta

<sup>222</sup> Lembremos: o ente que habitava o mundo era incapaz de ascender à simultaneidade e à desespacialização, ambas características divinas, logo não podia afirmar a verdade. A religiosidade em Magalhães é, acima de tudo, um apelo à vida.

<sup>223</sup> Não me parece despropositada a utilização de Galileu Galilei para representar o equívoco metodológico das ciências naturais modernas. Magalhães está se referindo à revolucionária descoberta do telescópio, capaz de conferir perfeição à parcial percepção humana.

<sup>224</sup> O materialismo teria sido uma consequência do sensualismo, apesar de possuírem características distintas. Ambos acabam por contestar a existência e a liberdade da inteligência humana, privilegiando a matéria aquele, e a sensação este.

<sup>225</sup> A respeito disso, Fragale afirma que Magalhães estaria próximo à revolução kantiana, ratificando a impossibilidade de se alcançar a **coisa em si** - “Mais do que isso, porém, ele (Magalhães) está em perfeita sintonia com a reação metafísica do espiritualismo francês contra o sensualismo de Condillac e o positivismo de Comte, no tanto quanto essa reação se incorpora à proposta kantiana de fundamentar

equação para Magalhães é - temos em lados opostos o mundo material e a consciência, ambos irreduzíveis um ao outro, porém, a obrigação e necessidade de se produzir conhecimento (problemático) acerca do mundo.

Em relação à política, Magalhães lembrava que o Estado e a sociedade eram, ambos, arbitrários. Melhor dizendo, que o *mundo do governo*, assim como todos os da *boa sociedade* principalmente, estava mergulhado naquela atmosfera sensualista/materialista; ao fim e ao cabo, idealista. Afastados da necessária atitude crítica e da consciência de finitude. A metáfora que nos apresenta a irracionalidade social é a da cicuta. Ela nos remete ao assassinato coletivo de Sócrates. O elemento que se reporta às arbitrariedades cometidas pelos que constituíam o *mundo do governo* é o cárcere.<sup>226</sup>

Para que possamos ter melhor noção dos riscos que Magalhães atribuía à arbitrariedade política, acompanhemos o poético conselho dado ao então imperador do Brasil, d. Pedro II.

O monarca, Senhor, está sempre colocado diante do seu povo e da posteridade; o povo quer nele um protetor e amigo, a posteridade um modelo. A história, essa severa mestra e desinteressada conselheira dos príncipes, assaz terá mostrado a V. M., que tanto [d]a consulta, quanto da bondade e sabedoria do rei depende a grandeza e prosperidade das nações, e quanto a glória dos sábios e dos literatos reflete na pessoa do rei, formando a mais bela auréola de sua própria glória e majestade. Assim é que,

---

a metafísica no incognoscível ou mistério. Neste sentido, esclarece Heidegger, acerca da necessidade de infinito e de mistério, que ‘o conhecimento finito, enquanto finito, oculta simultaneamente e necessariamente a ‘coisa em si’, e que a oculta previamente, de maneira que a ‘coisa em si’ não somente não é acessível perfeitamente, senão que, por essência, não é acessível de modo algum’”. E continua Fragale, apontando para o papel fundamental que possui o Infinito no pensamento de Magalhães, adiantando, permite a liberdade de investigação e de querer àqueles que por serem humanos são, desde sempre, finitos. Somente assim é possível, como já dissemos, a elaboração de uma sociedade ordenada que, no entanto, livre dos despotismos, respeite o indivíduo – “Ora, Magalhães entende que a razão pela qual a inteligência e o livre arbítrio originam o erro deve-se ao fato de que o indivíduo historicamente passou a desdenhar e a esquecer-se da própria imagem concebida mediante a participação na idéia de Deus, como absoluto ou mistério, que a razão exige no âmbito da consciência de si. Essa participação é que garantiria a liberdade de cada um sem prejuízo da possibilidade de conciliação e concordância em função da necessidade do ser em comum. Portanto, não seria por causa da fé, da Providência e em nome da presciência divina que se colocaria em dúvida a liberdade humana. Pelo contrário, a religiosidade cristã, fundada na idéia do ser infinito e independente, constitui-se, em Magalhães, no ponto de partida mesmo de toda a argumentação em favor da liberdade humana como expressão de esforço, conquista e civilidade”. FRAGALE, C. de A., 2003, p. 72-73.

<sup>226</sup> Gonçalves de Magalhães refere-se aos perigos do Absolutismo, mas também à desordem e à arbitrariedade proporcionadas pelas massas. Vale a pena lembrar que Magalhães, leitor da chamada “Geração de 30” francesa, em especial de Victor Cousin, compartilhava o ideal monarquista constitucional da Monarquia de Julho.



brilhando o sol com toda pompa de sua luz prolífica,<sup>227</sup> parecendo não necessitar de coisa alguma para o complemento da sua magnificência, recebe, contudo, no matiz das flores, na verdura dos montes, nos azulados dos mares, novas provas de sua bondade e soberania; desapareça o sol, e não terão os olhos que ver é certo; mas, derrame o sol profusamente sobre árido e estéril deserto, tal como nos pinta a mente esses areais da Arábia, e o que terão olhos para aí ver, sem flores, sem montes, sem águas que reflitam as belas cores de seus raios? A branca areia e o pó obrigarão os olhos a fechar-se [...] Esses reis que tiveram a ventura de dar seus nomes aos séculos em que viveram tal dita não alcançaram só com os próprios feitos senão também pelo concurso de grandes homens,<sup>228</sup> que como flores esmaltaram o seu reinado, e de que se eles souberam aproveitar, tirando-os da obscuridade, e favorecendo-os em suas ciências e artes. O verdadeiro merecimento é, muitas vezes, como o diamante que das mãos do lapidário não recebeu polidas e brilhantes facetas; por ele passa o vulgo, e não o vê; feliz de quem o reconhece através da crosta natural e pouco lisongeira; a verdade, como o merecimento, é simples em seu exterior, e teme ser esmagada a cada passo; nem esperam os bons monarcas que ela os visite sem convite; antes, se a desejam, solícitos [a] procuram entre os que falam humilde, baixo e rude, e onde, como diz o Épico encontram – Da vida o honesto estudo, Com longa experiência misturado.<sup>229</sup> (Grifo próprio)

A partir do trecho acima, confirmamos o cuidado que Magalhães tomara em relação ao *mundo do governo*. O autor nos apresenta algumas necessidades que devem habitar aqueles que desejam participar do mundo da *polis*. É necessário que os elementos que compõem a engrenagem pública estejam atentos para a necessidade do diálogo. A metáfora do Sol confere autonomia plena e perenidade, pois afastado do elemento Terra. A flor, signo que possui lugar de destaque no texto de Magalhães, representa, por outro lado, a constante mutação da vida, a sua vulnerabilidade. Entretanto, não vive o sol sem a flor, não vive o Imperador sem seus súditos.

Magalhães defendia a Monarquia Constitucional como forma de governo mais preparada para evitar a arbitrariedade dos governantes absolutistas e dos movimentos republicanos nos moldes jacobinos. A agenda liberal do autor dos *Fatos* contemplava a essencialidade do diálogo entre os mais bem preparados na condução dos negócios da *polis*. Isso se dava, enfim, através do reconhecimento da

<sup>227</sup> Magalhães também não parece ter elegido a metáfora do Sol de forma desavisada. O autor do *Discurso sobre o objeto e importância da filosofia* está se referindo à figura do Rei Sol, Luis XIV, e redimensionando o significativo Sol à luz de um discurso filosófico-político reflexivo/dialogal e constitucional.

<sup>228</sup> Aqui podemos perceber que o autor busca angariar prestígio para uma certa classe de homens, entre eles os poetas, os filósofos e os cientistas naturais. Esse grupo deveria ser responsável pela preservação da tradição e pela proteção à subjetividade e ao diálogo – ao incessante apresentar-se do novo.

<sup>229</sup> MAGALHÃES, D. J. G. de, 1973 [1842], p. 262-263.

finitude como constitutiva à condição humana. Como bem percebeu Walquiria Domingues Leão Rêgo, os discursos liberais, por volta dos anos 50, não eram marcados por reivindicações como o republicanismo e o federalismo.

Nesse sentido, a diagnose dos males do país movimentava-se em torno da herança colonial que permanece comprimindo o presente do país, sobretudo no plano da moral e dos costumes político-sociais. Ainda não chegara o tempo da crítica ao poder moderador, a concentração de poder na Coroa não constituía problema [...] Os males do Brasil não estavam radicados em seu regime político, a monarquia.<sup>230</sup>

Além disso:

O caráter de constituição outorgada não parece, nesse momento, ferir seus brios liberais.<sup>231</sup>

Continuando, destacamos a importância que Magalhães dá àqueles que procuram desviar-se das simples impressões, sendo capazes de, através do que chamo de atitude filosófica, analisar, comparar e julgar com maior acerto. Fala-nos o autor de uma verdade que “não nos visitará sem convite”, remetendo-nos à necessidade do trabalho, da experiência, do “honesto estudo” e da “humildade”. Tanto o Imperador quanto os súditos devem praticar a atitude reflexiva capaz de impedir a disseminação do irracionalismo político, logo o despotismo.

Gonçalves de Magalhães não pretendeu forjar um conjunto de normas provenientes da atividade racional isolada. Ocorre que há uma relação de mútuo respeito entre os mundos da reflexão e o da prática. Quer dizer que há para cada um ritmo e tempo próprios, sendo o diálogo na *polis* o lugar de encontro das diferentes autonomias, pois então – “que viva a filosofia teoricamente nas escolas, sem pretensões de dirigir o mundo social e de querer aplicar os seus princípios para melhorar a ordem existente” (p. 65). Vemos um projeto liberal nos moldes de um Tocqueville e de um Kant, algo ancorado no diálogo racional e na finitude do saber humano. Ambos se reportam à liberdade metafísica, autonomia essencial do

---

<sup>230</sup> RÊGO, W. D. L., 2003, p. 18.

<sup>231</sup> Ibid. A autora refere-se ao liberal Tavares Bastos, entretanto, considero que as assertivas também podem ser utilizadas para analisarmos o pensamento e a atuação de Gonçalves de Magalhães nos idos das décadas de 40 e 50.

pensamento, e à liberdade político-civil, respeito à participação efetiva na *polis* e aos espaços privados.

Percebemos, por fim, a configuração de dois mundos que possuem lógicas específicas a serem respeitadas. De um lado o espaço privado, crítica permanente, exercício de superação das fantasmagorias e dores do “eu”, inclusive em relação ao “nós”. De outro lado o ambiente público, *locus* que abriga regras positivas imperfeitas capazes de auxiliar a coletividade a rechaçar atuações arbitrárias. Por fim, uma vez reconhecida a finitude do saber e da ação humanos, privado e público não deveriam deixar de dialogar.

Todavia, o conservantismo perpassava todas as instituições do Império do Brasil, era um empecilho à liberdade e ao diálogo.<sup>232</sup> Dentro desse universo, a filosofia era o lugar privilegiado através do qual se espraiara, via autonomia reflexiva, a preocupação crítica - o espírito filosófico. Movimento constituído de dedicação e de angustia, senão vejamos:

Com razão submetia Pitágoras a um noviciado e a longos anos de silêncio os aspirantes à filosofia. Só ouvindo atentamente, ou lendo muito, se chega às vezes a conhecer, já não digo a verdade, mas simplesmente em que consiste um problema filosófico, que antes nem sequer suspeitávamos, e esse conhecimento já denota não vulgar inteligência. E quantos zombam de uma opinião que lhes daria que pensar, se a entendessem? (p. 67)

O trabalho filosófico seria possível apenas após “longos anos de silêncio”, ouvindo atentamente e lendo muito. Um trabalho de “composição” e de “decomposição” árdus e sem garantias absolutas, afinal - “*A ciência não é um dogma que se apresente inteiro e sem provas; nem uma simples crítica literária, que só destrói sem nada produzir, e vive como o parasita à custa do tronco em que se enrosca; é um trabalho arquetônico como o da vida, que decompõem para compor*”. (p. 85) (Grifo próprio)

---

<sup>232</sup> **Conservantismo** em relação às duas liberdades, a negativa e a positiva. Melhor dizendo, não reconhecimento da autonomia essencial do pensamento, assim como a negação da discussão e do des-acordo dialogal na praça pública e da garantia universal à propriedade dos próprios corpos e destinos.

Gonçalves de Magalhães nos diz que a filosofia é uma atividade que vem ao encontro da necessidade natural do homem de lançar-se ao mundo metafísico. O homem enquanto ser ativo, que pensa de forma autônoma em relação ao mundo da matéria, não deixa de se questionar acerca de sua origem e do porquê de sua estada neste mundo. Apenas o espírito filosófico, e aquele que não compactua com o materialismo e com o idealismo modernos,<sup>233</sup> seria capaz de entregar-se com sabedoria àquelas questões, transcendendo, assim, o limitado universo da impressão e forjando respostas mais satisfatórias. Segundo o autor fluminense:

... conhecer uma lei é saber que tais fenômenos se manifestam deste e não daquele modo, e com tais condições, e que a ordem de hoje será a de amanhã e depois. É quanto basta para qualquer ciência. E por ventura aí para e com isso se contenta o espírito humano? Não. Por que as coisas são assim? O que são esses fenômenos em si mesmos? Quem lhes prescreveu essa ordem a que chamamos lei? O que é essa substância sem a qual não podemos conceber a possibilidade mesmo desses fenômenos? Donde viemos? para que vivemos? e para onde iremos? Eis uma nova ordem de questões da maior importância, que o homem julga-se com o direito de propor, *ainda que lhe faleça a possibilidade experimental para resolvê-las.*<sup>234</sup> (Grifo próprio)

Magalhães percebe ser a filosofia, a razão melhor dizendo, subjugada aos limites humanos, a momentos de inflexão, a idas e vindas. Uma potência que, como afirma Antonio Paim em relação a todos aqueles da “geração” de Magalhães, é reconhecida como “perfectível ao infinito”.<sup>235</sup> Como vemos a seguir, à atitude filosófica é necessário estar atento, buscar observar e refletir desde a idéia de perspectiva. E ao fim, o que se tem é um repertório de conceitos que podem auxiliar o homem a viver no mundo consigo mesmo e com os outros – gnoseologia e exercício ético-moral, a partir da consciência da incompletude.

<sup>233</sup> Segundo Antonio Paim, Magalhães faz parte de um grupo de pensadores brasileiros, leitores de Victor Cousin, que foram felizes em resguardar a filosofia dos aparelhamentos políticos e religiosos - “Victor Cousin foi escolhido como diretor espiritual por alguns brasileiros que viveram em Paris na década de trinta. Na condição de seus discípulos, realizaram no Brasil um movimento empolgante, instaurando no país o debate filosófico autêntico, editando livros e revistas, formando professores e participando ativamente da discussão teórica que então tinha lugar em parte da Europa”, diferente do que aconteceu com “... uma parcela das gerações futuras, ao abandonarem a investigação da natureza própria da filosofia para torná-la caudatária seja da religião seja da ciência”. PAIM, A., 1996, p. 13.

<sup>234</sup> MAGALHÃES, D. J. G. de, 1973 [1842], p. 257.

<sup>235</sup> PAIM, A., op. cit., p. 25.

Uma profunda observação psicológica, eis tudo que é necessário: o que não exclui o concurso de outras ciências; porque todas elas são filhas do mesmo princípio, todas se abraçam, e mutuamente se apóiam, todas servem ao homem, e todas neste mais nobre empenho do espírito humano podem esclarecê-lo com um reflexo dessa luz que dele mesmo receberam; principalmente a física, a anatomia, e a fisiologia. A fisiologia, com[o] especialidade, que pelas suas observações sobre os fenômenos da vida de relação, suas pretensões frenológicas, aspira a resolver muitos dos problemas de que se ocupa a psicologia, merece que o seu testamento seja atendido; e sem medo devemos atendê-lo, *que a verdade deve sair vitoriosa de todas as provas; e se teme essa experiência, não merece as honras de verdade.* (p. 63) (Grifo próprio)

Enfim, ao homem cabe persistir na busca da demonstração das verdades, “ainda que lhe faleça a possibilidade experimental para resolvê-las”.

## 4.2. Da crítica à tradição à teoria da percepção

...depois que Descartes tirou a filosofia dos bancos da escola e a emancipou, restituindo-lhe o seu verdadeiro método, o psicológico, e a sua única autoridade, a da razão; serviço igual ao que alguns anos antes prestara Bacon de Verulam às ciências físicas, aconselhando-lhes a experiência e a indução; depois dos trabalhos dos seus ilustres continuadores Malebranche, Locke, Leibniz, Reid, Kant e tantos outros filósofos modernos, que com toda a independência do espírito humano seguiram as tradições de Platão e de Aristóteles, vaidade fora recomeçar sem considerar os trabalhos alheios, como se nada estivesse feito, como se nenhum acordo houvesse entre as diversas teorias em que se divide a filosofia. (p. 79)

A partir da citação acima podemos confirmar a preferência dada por Gonçalves de Magalhães ao **método psicológico**. É a partir do interesse por esse método que o autor vai escolher as figuras com quem dialoga dentro da tradição filosófica, apoiando ou refutando, assim, determinadas proposições. Afirmo, já por agora, que Magalhães sustenta suas reflexões filosóficas na convicção de que um “eu” autônomo, porém não isolado, é responsável pela construção das imagens de mundo, e que aquele método tem por objetivo desvelar os mecanismos que subjazem à realização de mundo pelo “eu”.

As palavras de Magalhães nos oferecem mais uma importante conclusão inicial. O filósofo está preocupado em garantir à tradição um lugar de destaque; se discursiva deve estar consciente que o faz desde universos lingüístico, epistemológico e moral sempre presentes. Como já havíamos visto, Magalhães se propõe a resguardar a possibilidade de dialogar. Devemos frisar que todas as reflexões e decisões acabam por ser tomadas desde um diálogo, de forma relacional. O isolacionismo, portanto, é afastado da lógica interpretativa de Magalhães. Todo o mais seria “vaidade”.

Diálogo com a tradição desde a utilização da *consciência de si*, esse é o nosso ponto de partida para a análise que pretendemos efetuar do pensamento de Gonçalves de Magalhães.<sup>236</sup> É a partir das críticas que faz às “escolas filosóficas” e,

---

<sup>236</sup> Lembrando que, para Magalhães, as noções de consciência, de inteligência e de razão são operacionalizadas como sinônimos.

especialmente, àqueles que comungavam idéias basilares às suas próprias reflexões, que poderemos melhor entender suas pretensões filosóficas.<sup>237</sup>

Gonçalves de Magalhães entende como restrita a quatro matrizes teóricas a história da filosofia. O **ceticismo**, o **misticismo**, o **materialismo** e o **espiritualismo** são os grandes blocos a partir dos quais se movimentavam todas as reflexões filosóficas. Mas vejamos como ele se refere a cada um desses vieses.

O **ecletismo**, “doutrina filosófica” disseminada pelo jovem Victor Cousin, não foi considerado, por Magalhães, como um sistema filosófico. Leiamos o seguinte trecho:

Seríamos tentados a ver no ecletismo um novo sistema filosófico [...] mas [...] o ecletismo é uma crítica que supõe o conhecimento de vários sistemas e escolas diferentes, onde ela se exerce, discriminando o que lhe parece verdadeiro do que se lhe apresenta como falso [...] Bastará supor que há verdades em todos, para que logo o espírito eclético as reconheça, as distinga, sem se enganar em sua escolha, sem deparar em um inconexo sincretismo? Não decerto; essa escolha se faz necessariamente em virtude de princípios anteriores à crítica, com uma doutrina já formada, que lhe serve de guia e de pedra de toque na aquilatação das novas verdades. Essa doutrina que serve de apoio ao ecletismo, e lhe dá o seu valor, entra infalivelmente no domínio dos outros sistemas, ou em algum deles em particular. (p. 80-81)

Magalhães declara que o ecletismo acaba por partilhar do obscurantismo filosófico moderno ao apresentar como reais perspectivas nebulosas, não experimentadas. O autor afirmou que o ecletismo, acreditando ter chegado à verdade transcendental, promoveu sincretismos confusos entre as partes. Gonçalves de Magalhães, ainda em relação ao ecletismo, fala de uma “filosofia de conciliação” (p. 80-81), que não era bem vinda à reforma espiritualista necessária ao Império do Brasil.

Magalhães trata de desacreditar, também, o **ceticismo**. Este seria algo como uma ontologia negativa, uma contradição em termos.

---

<sup>237</sup> É importante ressaltarmos que durante o tempo em que lidamos com a bibliografia especializada na obra filosófica de Magalhães, pudemos constatar que uma série de classificações foi elaborada buscando trazer luz às reflexões do autor estudado. Em muitos casos, o objetivo pretendido não foi alcançado e os resultados acabaram sendo negativos, mais reprimiram do que apontaram. Portanto, rótulos como os de – imaterialista, espiritualista, racionalista e eclético não aparecerão em nosso trabalho.

Se o ceticismo porém é completamente sistemático e universal; se tudo nega, sem afirmar coisa alguma, então não passa de uma sofistaria engenhosa, ou de uma sátira debaixo de formas lógicas [...] a negação de tudo, mesmo dos princípios em que se apóia a negação, não é ciência, mas sim um fogo lógico do espírito, ou aniquilação de toda ciência; assim, em física, considera-se o preto, não como uma cor, senão como a privação de todas as cores, pela ausência da luz que as reflete. Nós queremos a verdade, e não a negação da verdade. O espírito humano não se condena ao ceticismo absoluto, nem mesmo a um ceticismo parcial e temporário. Como o enfermo, prefere antes ensaiar um remédio duvidoso ao esperar a morte resignado. (p. 79-80)

Aqui vemos, mais uma vez, a busca incessante de Magalhães por respostas afirmativas, resultados que seriam fundamentais ao indivíduo na constituição de sua identidade e de sua atuação no mundo perante os seus e a natureza. O filósofo busca construir certezas, mesmo que as saiba ser da ordem do problemático. É assim que entendo o papel atribuído ao enfermo, alguém que pretende e busca curar-se. Quando fala em “fogo lógico do espírito” está se referindo ao afastamento do filósofo e do homem em geral em relação ao mundo da matéria, do campo de experiência; doença que se torna cada vez mais grave.

Continuando, o **misticismo**, como afirma Magalhães – “...é uma doutrina sentimental que vive com o favor do ceticismo, que lhe serve de ponto de apoio” (p. 81). Magalhães está preocupado com o afastamento dos homens do que me parece ser a razão dialogal. Está discursando não contra os sentimentos, mas contra a “doutrina sentimental”, aquela que buscaria afirmar, a partir de argumentação não demonstrável, normas e deveres imutáveis a guiar a relação do homem com Deus, com os seus semelhantes, e com a natureza. Cabe-nos, ainda, mais uma esclarecedora passagem em que Magalhães disserta sobre os riscos representados pelo misticismo.

Se a fé desdenha o testemunho da razão e da experiência; se não está sujeita a nenhum critério natural, por que então tacharemos de errônea a crença no politeísmo, nas encarnações de Vixnu e na missão de Maomé? Quem senão a razão e a experiência nos indicarão como, quando, e até que ponto nos é lícito crer no sentimento, nas revelações extraordinárias, no senso comum e na palavra de um chefe de doutrina? A razão afinal é o único critério da verdade; e a maior conquista da fé está em mostrar que não a contradiz a razão. (p. 82)



Magalhães se manifesta a favor de uma aliança entre a razão e a experiência. É esse encaminhamento que possibilitaria a ele e à sociedade como um todo discutir idéias e julgar atos como a atuação irascível da Contra-Reforma, como os ditames daqueles déspotas que utilizam os “calabouços” a partir das suas individualistas concepções de mundo, assim como os crimes cometidos pela sociedade, caso representado pela execução de Sócrates. Quando afirmou Magalhães “Quem senão a razão...”, ele questionava: o que, se não a atuação humana pautada em reflexões e em análises demonstráveis, seria capaz de promover diálogos e evitar, por sua vez, o arbitrário? Cito ainda algumas palavras de Magalhães que o afastam, por completo, de qualquer definição que o analise a partir de premissas teológico-místicas.

... [a] filosofia escolástica, a qual nasceu, viveu, sutilizou-se, amesquinhou-se, definiu e expirou nos claustros, em serviço da fé, sob a tutela da teologia. Mas depois que Descartes tirou a filosofia dos bancos da escola e a emancipou... (p. 78)

Magalhães, preocupado com a necessidade da existência de espaços dialogais concretos, melhor dizendo, espaços que possibilitem ao homem civilizado ouvir e manifestar-se, se coloca contrário a quaisquer isolamentos, seja filosófico, claustral ou mesmo político. O caminho reto, segundo Magalhães, é construído em conjunto, de forma paulatina, e não linear. É a partir dessas idas e vindas reflexivas e existenciais que o homem aprende a reconhecer que o absoluto não lhe pertence e compreende ser necessário manter-se atento às “novas verdades”. Vejamos:

Entendemo-nos porém; a razão e a experiência não nos obrigam a rejeitar fatos, só porque como misteriosos e extraordinários se apresentam, ou contrários a certos princípios que temos como verdades únicas e infalíveis; a tal título poderia o mais sábio dos antigos gregos, se entre nós ressuscitasse hoje, negar-nos todos os fatos da eletricidade. O que nos aconselha a razão é que examinemos os fatos por todos os meios legítimos ao nosso alcance e procuremos com a nossa própria inteligência compreendê-los e explicá-los, sem derrogar os princípios fundamentais da razão. Quem não puder, ou não quiser dar-se a esse trabalho lento, livre é de tomar o seu partido. (p. 82-83)

Não queremos afirmar que Magalhães é sobretudo um relativista, pelo contrário. Como ele mesmo mencionou, há princípios comprovados pela razão e

pela experiência que devem nortear os mundos da reflexão e o da *polis*. O autor imagina-se num campo de batalha, assim digamos. Não deixa, em momento algum, de expor, claramente, quem são os seus inimigos, assim como os prováveis amigos, remetendo aqueles e estes aos seus devidos lados no conflito pela civilização no Brasil. Estão em jogo normas capazes de construir um mundo coletivo, ordenado, liberal e civilizado. Já tinha criticado ferozmente d. Pedro I e não poupava d. Pedro II de conselhos que o alertavam para o perigo do despotismo e do centralismo.

Gonçalves de Magalhães observava, continuando, que apenas dois são os grandes e únicos sistemas fundamentais da filosofia, são eles o **sensualismo** e o **espiritualismo**. Ambos são classificados como sistemas, pois – “...*procuram a verdade pelos seus meios naturais; ambos recorrem aos fatos e à experiência [...]*” (p. 84) - porém, ao continuar, Magalhães já nos permite entrever que suas análises posteriores serão direcionadas pela certeza da incompletude dos sistemas, qualquer que seja, senão vejamos – “*ambos podem por esse lado satisfazer o espírito humano, ainda que incompletamente; porque vasto é o campo da ciência, e não basta a vida do homem para cultivá-lo*” (p. 84).<sup>238</sup> Concentremo-nos, daqui por diante, nas críticas feitas a esses dois sistemas e aos seus respectivos mestres. Dessa forma, ampliaremos nossas conclusões em relação ao papel da **teoria da percepção** no pensamento filosófico de Magalhães, logo sobre o estatuto do conhecimento humano.

Magalhães observa que o sensualismo é um sistema que acaba por afastar-se da experiência, promove abstrações a partir de um discurso que se pretende empírico. O sensualismo renuncia ao que Magalhães pensa dever ser uma ciência, pois não aposta numa gradual aproximação da verdade problemática a partir de reflexões e experiências demonstráveis, pois:

---

<sup>238</sup> Aliás, às palavras de Magalhães muito se aproximam as de Sócrates quando próximo à morte diz – “Mas, Símas, não me parece ser obra de Glauco narrar o que ela é, mas [contar] com verdade; isto sim me parece difícil como uma obra de Glauco. Pois eu, ao mesmo tempo, nem aproximadamente [sei] qual seria [essa narrativa], nem se sou capaz disso. Pois me parece, Símas, que minha vida não é suficiente para a extensão do discurso. Quanto ao que estou convencido ser a imagem desta terra e suas regiões, nada me impede de falar”. Apud. SILVA, M. F. da, 1999, p. 10.

O objeto da ciência é antes de tudo reconhecer o fato, procurar as suas relações naturais na ordem das coisas em que ele se manifesta, quais as condições em que ele se manifesta, quais as condições ou as leis que o produziram; e se o fato excede o todo que sabemos, e parece contrário a todas as leis conhecidas, devemos procurar que outras leis o podem explicar. (p. 86)

Magalhães nos quer alertar para o diálogo inconcluso entre as proposições da consciência e os fenômenos da vida. O que resulta, como já vimos, na necessidade de se buscar demonstrar o que, ao fim e ao cabo, não se permite conhecer. O sensualismo, apressado, fia-se em uma hipótese não demonstrável, abdica da clareza, torna-se arbitrário. Ele inicia suas reflexões por aquilo que deveria se tratar da conclusão. Antes de analisar as idéias, o sensualismo afirmaria que a origem destas está na sensação. Tal atitude, diferentemente daquilo que pretende a ciência filosófica em Magalhães, acaba por fazer com que o pensador adapte os fatos à sua teoria, afastando-se, assim, da verdade.

Como um físico que começasse as suas indagações por imaginar um só elemento, uma só lei do universo, à qual amoldasse os fatos a seu jeito, para deles elevar-se pela indução ao conhecimento das leis que os regem; ou como um médico, e assim fez Broussais com o seu princípio da irritação, que não admitindo senão uma só enfermidade, reduzisse a um só meio toda a sua terapêutica. (p. 90)

O autor dos *Fatos* está preocupado com uma atitude materialista não reflexiva e não experimental que se propaga pelas diversas ciências, quer pela filosofia, através do sensualismo, quer pela física e pela medicina. A conclusão a que chega Magalhães é que o sensualismo acaba por inviabilizar a autonomia e o dinamismo do “eu” construtor de sentidos e de imagens de mundo. O cientista passaria a ser um simples divulgador daquilo que lhe seria imposto pelas sensações e o indivíduo não dotado de tal saber se transformaria em escravo de falsas respostas. No campo da moral nega-se a idéia de liberdade, deixando o homem de ser responsável por suas decisões e atos. Perder-se-iam as idéias de dever e de justiça, e aqui o autor está pensando especificamente no viver coletivo, no caos e na inviabilidade decorrentes

de formas de organização políticas como “... *é o despotismo absoluto de Hobbes*” (p. 90).<sup>239</sup>

A história, segundo o sensualismo, seria uma fatalidade, o reino das paixões, lugar “*de interesses materiais contra o poder da força, sem fim algum*” (p. 90). A poesia acabaria tornando-se, seguindo o sensualismo, uma elegia aos prazeres materiais da vida, pois versaria, tão somente, sobre aquilo que se apresenta ao corpo, sem a atuação da vontade.<sup>240</sup>

Visando a combater tais proposições que afastam o homem da autonomia, da liberdade e da responsabilidade pelos seus atos, Magalhães afirma-se, novamente, adepto do método psicológico, característica principal da escola espiritualista. O autor está ratificando que a ciência filosófica deve ter como axioma a presença de um “eu” consciente que atue em relação às impressões sem se perder nelas. Esse “eu” teria a capacidade de se diferenciar da matéria e de interpretá-la a partir de seus *a priori*. Atitude crítica permanente. Vejamos as palavras de Descartes escolhidas por Magalhães:

Quando digo que qualquer idéia nasceu conosco, ou está assinalada naturalmente em nossas almas, não entendo que ela se apresente sempre ao nosso pensamento; entendo tão somente que temos em nós mesmos a faculdade de a produzir. (p. 94)

Magalhães está observando que o “eu”, único e simples, que atua em relação ao mundo, o faz pois ativado, em alguma instância, pela matéria, e não inventando-a. Essas imagens de mundo Magalhães denomina – *percepção*. Na sua atividade, o “eu” se mantém idêntico (não em conteúdo, mas em sua essência) e a matéria não é completamente assimilada em seus movimentos periódicos. Uma relação entre o dentro e o fora que, menos do que imposta ao “eu” enquanto verdade irreduzível, é forjada desde o “eu”.

<sup>239</sup> E aqui são importantes algumas lembranças. Vimos no terceiro capítulo a crítica de Magalhães ao egoísmo e ao irracionalismo que estariam constituindo o Estado imperial em formação. Pois bem, naquele mesmo capítulo analisamos a crítica feita pelo nosso autor a Varnhagen, afirmando-o como letrado identificado com a direção político-administrativa Conservadora. Enfim, Varnhagen, discípulo de Hobbes, estaria estritamente ligado aos interesses estatais. Um *ethos* político que não respeitava a autonomia reflexiva e o diálogo, como resultado, o despotismo e o centralismo.

<sup>240</sup> Vontade, recordemos, é a capacidade de atuar desde o mundo da matéria, todavia, desobrigando-se de suas impressões, das paixões. A vontade é um constante exercício na busca de superação do desejo.

Na sucessão das nossas próprias idéias, no exercício de todas as nossas faculdades, o Eu se reconhece sempre idêntico a si mesmo, sem aumentar ou diminuir, o mesmo hoje que ontem, sempre único e simples; se ele assim não fosse, como seria possível a comparação, o juízo, a memória, a consciência, que supõem a identidade e simplicidade do sujeito? Da matéria sabemos o contrário, que é extensa e divisível, e que está em um perpétuo fluxo, como diziam os antigos; e do mesmo modo o nosso corpo, por conseguinte sem identidade. (p. 98)

Magalhães acusa Condillac de ser um geômetra e não um observador da natureza.<sup>241</sup> Como já tivemos a oportunidade de mencionar, Magalhães defende a precisão experimental em detrimento das abstrações puramente lógicas. Condillac, ao contrário, inicia aquilo que deveria ser uma investigação por uma hipótese inflexível, logo - *“Ele, que tão bons conselhos nos deu em favor da observação e da experiência, que tanto declamou sobre as teorias hipotéticas...”* (p. 114).

Pois bem, a hipótese que norteia os estudos de Condillac é a de que o homem é uma estátua.<sup>242</sup> O homem receberia, pacífico como uma pedra, as informações via órgãos sensoriais e as reproduziria como percepção. Desta forma, aquele “eu” único e simples, autônomo em relação à matéria, perderia seu lugar para um fluxo permanente de percepções que acompanharia, inelutavelmente, os movimentos da matéria e, principalmente, o trabalho dos sentidos. Não havendo assim o “eu” e o não-eu, antes e depois, memória, julgamento, dever. Tudo estaria em pleno fluxo heterodirigido.

Para que tenha em si o espírito humano certas sensações como anteriormente recebidas, e saiba que já lhe duram alguns instantes as sensações presentes, necessário é que tenha 1º a consciência da sua própria existência, distinta da sensação que passa, 2º a idéia de duração, 3º a faculdade de se lembrar, sem a qual as sensações passadas teriam sido esquecidas, seriam como se não fossem; nem duraria a sensação. (p. 118)

O filósofo brasileiro está afirmando que uma faculdade só pode existir se ela é desde sempre em si. A faculdade da memória não é capaz de criar a faculdade da

<sup>241</sup> É interessante sublinhar que, apesar de todas as severas críticas feitas pelo autor dos *Fatos* ao chefe do sensualismo francês, Sílvio Romero, em trabalho de 1878, examinando justamente a obra que nos serve de sustentação, afirmou que Magalhães era fiel discípulo de Monte Alverne e de Eduardo França, e que os três eram sectários do sensualismo francês. Cf. FRANCA, L., 1944, cap. VIII.

<sup>242</sup> Na mesma linha das críticas ao *homem estátua* de Condillac, Magalhães também nega as assertivas de Locke, fundamentadas na hipótese do *espírito tabua rasa*.

inteligência e, conseqüentemente, o permanente fluxo da matéria e as sensações decorrentes não seriam capazes de elaborar um “eu” reflexivo e autônomo. Afirma Magalhães:

A dificuldade está em tirar das sensações a memória, que ainda não existe, sem a supor já existente, como aqui faz o filósofo (Condillac). Por outra; como, e onde, a sensação presente fica sendo sensação passada, e conservando-se a si mesma, sem que haja memória, produz a memória que a conserva. (p. 117-118)

O homem possui, desde sempre, a certeza de que existe algo fora dele e que essa realidade se diferencia dele mesmo. O próprio ato de refletir sobre a realidade do mundo, portanto, evidenciaria que há duas esferas autônomas que dialogam e nunca se anulam. Para defender a sua hipótese espiritualista Magalhães recorre a demonstrações no âmbito da **fisiologia**.

Magalhães inicia esse movimento comparando o *homem estátua* de Condillac a um paciente que sofre de amnésia, pois – “... isto exatamente acontece em caso de amnésia, em que conservando o enfermo todos os seus sentidos, e tendo perdido a memória, o que tive ocasião de observar, sempre novos lhe parecem os objetos vistos e revistos” (p. 118).

Ocorre que o autor dos *Fatos* é formado em medicina pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, ano de 1832, e mais, durante a sua estada em Paris entre 1833 e 1836, Magalhães assistiu a cursos de química e de outras ciências naturais na Sorbonne. Dessa forma, Magalhães estava bem atento aos avanços daquelas ciências, em especial da fisiologia. E continuando a expressar-se sobre a anormalidade amnésica, afirma:

Outro indivíduo, que em estado análogo conheci, passava por doido: ele se lembrava perfeitamente de todas as palavras, de todos os nomes, mas tendo perdido a memória das coisas, que novas sempre lhe pareciam de cada vez que as via, não sabia ligar-lhes os nomes. Tudo a cada momento tão novo se lhe antolhava, que perguntava o nome das pessoas e dos objetos que estava vendo com admiração; e quando se lhe diziam, ele os repetia, acrescentando que já os sabia, mas que estranhava aqueles objetos que ainda não tinha visto. (p. 118)

Podemos notar que Magalhães está comparando o homem estátua de Condillac, um puro movimento, a um paciente atingido por determinada patologia,

capaz de redefinir a relação entre o homem e o mundo da matéria, transformando-o, agora sim, num ser **passivo**.

Logo em seguida Magalhães nos fala da vontade de um paciente em relação a determinado medicamento. Segundo Condillac e todo o sensualismo, o homem, puro reflexo das sensações, acabaria por ser a própria dor, ou o próprio prazer, logo não estariam doentes ou sãos. Aconteceria, segundo o autor dos *Fatos*, todo o contrário. O homem, e aqui se refere ao doente, sofre e é capaz de refletir e de optar por determinado estado em relação a um outro qualquer. Opta ele a passar por determinados tratamentos que, mesmo que momentaneamente mais dolorosos, proporcionariam bem-estar futuro. O “eu” não era, para Magalhães, enfim, a própria sensação de dor.

Ao doente repugnam muitos remédios, que não deseja pelas desagradáveis sensações que lhe produzem; e entretanto os toma por sua *livre vontade*. O homem honesto pode desejar honras e riquezas, e não querê-las por meios ilícitos. Escravos somos dos nossos desejos e senhores da nossa vontade (p. 121) (Grifo próprio)

Como vemos, Magalhães volta a insistir na capacidade humana de se movimentar em meio à matéria e às sensações sem dela tornar-se escravo. Isso prova, segundo Magalhães, que o homem não pode ser considerado como um elemento determinado pelo corpo (matéria) ou por qualquer informação que se infiltre despoticamente de fora para dentro. O que há é um diálogo entre partes. Inteligência e o par impressão/sensação operam juntas, afirma Magalhães, sendo papel da análise científica, permeada pela metodologia psicológica, buscar distinguir aquilo que é necessário daquilo outro que é provisório.

...perceber não é sentir, nem sentir é perceber; que são atos mui distintos de duas distintas faculdades; e se a percepção de um objeto externo é sempre acompanhada de sensação, e parece uma só coisa, um ato único, se correspondem, operam ao mesmo tempo, sem intervalo, como sem dependência de verdadeira causalidade, mas de simples correlação. Se em regra geral coincidem sempre os dois atos, nem por isso deixa a análise de distingui-los... (p. 161)

O fisiologista que Magalhães utiliza para demonstrar, experimentalmente, a existência do “eu” autônomo em relação à sensação é Flourens, e antes de mais comentários, leiamos as palavras do próprio, ditadas pelo autor brasileiro:

A abolição de um tubérculo determina a perda da sensação, do sentido da vista; a retina torna-se insensível, a íris imóvel. A abolição de um lóbulo cerebral deixa a sensação, o sentido, a sensibilidade da retina, a mobilidade da íris; e não destrói senão a percepção unicamente.

Em um caso é um fato sensorial, e no outro um fato cerebral; em um caso é a perda do sentido; no outro, a perda da percepção. A distinção das percepções e das sensações é um grande resultado, e está demonstrado aos olhos.

Dois meios há para fazer perder a visão pelo encéfalo: o primeiro pelos tubérculos, é a perda do sentido, da sensação; o segundo pelos lóbulos, é a perda da percepção, da inteligência.

A sensibilidade não é pois a inteligência; pensar não é pois sentir. Eis derrotada uma filosofia toda inteira.

A idéia não é pois a sensação: eis ainda outra prova do vício da filosofia.

Pensar é tão pouco sentir, mesmo materialmente falando, que o cérebro é insensível, impassível; pode-se feri-lo, picá-lo, cortá-lo em lâminas sem produzir a menor dor.

A sensibilidade está nos nervos da medula espinhal, onde não está a inteligência; e a inteligência está no cérebro, onde não está a sensibilidade.

A independência entre os órgãos é tal que um [o cérebro] pode ser tirado, sem que isso prejudique o outro [a medula espinhal].

Prova absoluta da distinção entre sensibilidade e a inteligência; e a primeira que chegasse a este ponto.<sup>243</sup> (p. 145-146)

Há, portanto, duas faculdades distintas, diferente do que afirmara o sensualismo. Uma é a faculdade de saber, ou da inteligência, e a outra é a faculdade de sentir. A faculdade da inteligência afirma a existência do “eu”, capaz de produzir imagens de mundo de forma autônoma. Todavia, o mais interessante é que a faculdade da inteligência supõe relações com o mundo da matéria através dos sentidos, mais especificamente através da imaginação, para que possa, assim, produzir percepções capazes de pôr, a si mesmo, em movimento. Vejamos:

A consciência supõe também percepções, não para que ela exista no espírito, mas para que ele se possa encher, e se ocupar dos outros objetos fora de si mesmo. (p. 148)

<sup>243</sup> Aqui façamos um esclarecimento. Magalhães não considera ser o cérebro o lugar responsável por abrigar a inteligência, ela é imaterial. Todavia, como somos seres humanos, logo um ente dual, formado pela junção do corpo, que é matéria, e pela inteligência, necessitamos de certos órgãos, mesmo que em menor grau do que se pudesse imaginar. Enfim, Magalhães se utiliza de Flourens, todavia critica a materialização proposta ao espírito.



Voltamos, aqui, às palavras de Descartes utilizadas por Magalhães. O que Magalhães está afirmando não é um desenvolvimento isolado do “eu”, como se este fosse capaz de se manter acima de suas necessidades corpóreas. Tanto o é que Magalhães afirma ser a consciência, por vezes, induzida diretamente pelo mundo da matéria e dos sentidos, enfim, por alguma outra força que não o próprio “eu” (p.150). A seguinte passagem dos *Fatos* nos ajudará a entender a visão de Magalhães em relação ao movimento do “eu”, se isolado ou não.

As percepções atuais e as passadas supõem sempre a consciência, sem a qual não existiriam; mas a consciência não necessita de percepções atuais para se exercer; ela pode pensar com as percepções passadas, que se acham na sua memória. (p. 150)

Magalhães pretende, como vemos, confirmar a possibilidade de atuação da consciência, do “eu” autônomo, de forma a não depender dos movimentos mais recentes da matéria. Entretanto, reconhece, intrinsecamente, que alguma mensagem perceptiva há de se possuir para que o “eu” esteja em movimento – o “eu” só é desde o próprio movimento no/do mundo. Devo reconhecer, porém, que acaba por conferir autonomia, às vezes excessiva, à consciência.

A percepção é, não obstante, a própria consciência em atividade dialogando com o mundo da matéria, ambos, “eu” e mundo, desde sempre. Perceber, afirma Magalhães, é produzir conhecimento sobre algo externo a si mesmo, porém, que se apresenta, que se faz notar – *“Perceber é saber alguma coisa fora de si, é um modo de saber, um modo pelo qual a consciência recebe as noções das coisas externas, por conseguinte um ato da consciência, que, por assim dizer, se enriquece”*. (p. 149)

Entretanto, a percepção, o ato de objetivar o mundo externo à consciência, é da ordem do incompleto. O que Magalhães pretende afirmar é que a física, a psicologia e a metafísica, por mais que acumulem bons resultados, não são capazes de revelar a verdadeira constituição do mundo, nem da consciência, nem, por fim, de Deus. Senão vejamos:

Assim, só faz o cérebro que o espírito perceba com dificuldade, de um modo relativo, como lhe cumpre perceber neste mundo, onde tem deveres que cumprir; porque o homem é antes de tudo, acima de tudo, no fim de tudo um ente moral. (p. 154)

E continuando, afirma, mais claramente, a mundanidade do homem como constitutiva.

Livre o espírito do corpo, fica este entregue às leis gerais da matéria, e sairá o espírito com a sua consciência, com tudo o que lhe é próprio e perceberá conforme lhe estiver destinado; o que filosoficamente falando não podemos saber agora de um modo claro, estreme de dúvida; porque prejudicaria essa ciência antecipada a ordem moral da sociedade humana e a moralidade de cada indivíduo. (p. 155)

Após recebermos as impressões do mundo exterior à nossa organização física, movimento dos nervos, por exemplo, que atua respeitando às leis de atração e de afinidade próprias, recebe e diagnostica os movimentos da matéria a partir de seus *a priori*. Em seguida, a inteligência recebe essas informações, que não são mais as impressões em estado puro, e elabora percepções que são acreditadas como reais pelo senso comum, pois acopladas imediatamente a objetos externos. Logo, concluímos que não damos conta da realidade em sua forma absoluta, mas que podemos, de forma problemática, identificar elementos a partir de determinadas nomeações.

Reconhecemos mais que essas sensações não são imagens dos movimentos, nem os representam por modo algum; porque um movimento só pode ser representado por movimento análogo, e não por uma cor, ou por um cheiro; do mesmo modo que a sensação de dor não representa o som: que essas sensações são modificações especiais da faculdade de sentir, que nada se parecem com as modificações nervosas, ou corpóreas que as determinam: que elas não vêm de fora, e ao contrário são produzidas pela sensibilidade, em virtude de leis próprias a que está subordinada. (p. 198-199)

E mais:

Como todas as nossas percepções externas são ocasionadas, ou acompanhadas de sensações, *devíamos* antes de tudo separar *por todos os meios* os dois elementos que as constituem, o elemento puramente intelectual e o elemento sensível; a intuição e a sensação que lhe servem de sinal. (p. 197-198) (Grifo próprio)

“Devíamos”, “por todos os meios”, porém somente após a morte seria permitido ao espírito uma visão clara de si mesmo, de seus *a priori*. Enquanto vivo, sensação e inteligência são inseparáveis e não cabe ao “eu” desdobrar-se sobre si mesmo e alcançar, como dissemos, os axiomas que lhe legislam. Tudo isso deve ser um exercício obstinado, porém, da ordem do finito, desde o próprio movimento. Senão vejamos:

Como a modificação, o ato, a qualidade, a faculdade de um sujeito qualquer, é esse mesmo sujeito modificado, em ação, em exercício, e fora dele nada para ele será, não existe realmente; como o movimento de uma corda é essa corda em movimento, e fora da corda, e de qualquer outra coisa que se mova, não é nada, não existe realmente, e apenas será uma abstração do espírito, uma lei abstrata não executada por ninguém, e que só estará na inteligência de quem a pensou; segue-se que nada neste mundo se distingue do que o constitui; que nenhum ser se pode distinguir do seu próprio modo de ser; que nenhuma faculdade do ser pode distinguir do próprio modo de operar; porque esse modo de operar é uma modificação sua; é ele mesmo modificado. É certo.<sup>244</sup>

Logo, não pode a faculdade de sentir distinguir-se da sensação; porque a sensação é ela mesma em ato.

Logo, o sujeito sensitivo, de quem a sensação é uma modificação inseparável, indistinguível do seu próprio ser, não pode distinguir-se dela, nem de mil outras sensações, quando todas elas são ele mesmo. É evidente. Supor o contrário seria absurdo.<sup>245</sup> (p. 202)

Os próximos a dialogarem com Magalhães são os classificados como **espiritualistas**.<sup>246</sup> Magalhães, a partir da exegese de cada um dos filósofos que ele considera compartilhar as características básicas necessárias a um espiritualista, conclui que entre eles há significativa divergência em relação à explicação de como o espírito adquire as idéias gerais de gênero e de espécie, assim como as universais, “...*fundamento a todas as suas percepções e conhecimentos*” (p. 159), a saber, as

<sup>244</sup> Complementando, Magalhães afirma que a inteligência é em parte voluntária e em parte não – “Todos os mais atos, ou exercícios da faculdade de saber, são mais ou menos voluntários, isto é, dependem mais ou menos da ação própria do indivíduo, e denominam-se atenção, juízo, reflexão, comparação, abstração, generalização, dedução, indução, memória, imaginação e invenção; e todos estes atos constituem a inteligência humana”. (p. 248).

<sup>245</sup> Ocorre que Condillac, arvorado, – “não podendo de nenhum modo separar a modificação do seu sujeito, nem o sujeito da sua própria modificação, porque indistinguíveis e idênticos; forçado pela lógica disse, que o “eu” das sensações nada mais é que a coleção das sensações”. (p. 203).

<sup>246</sup> Magalhães aproxima diferentes filósofos em função da crença compartilhada na presença autônoma do “eu”, nomeando-os espiritualistas – “De acordo estão os espiritualistas a reconhecer no ser que pensa uma faculdade de saber, distinta da faculdade de sentir, que ora desta necessita, e com ela entra em exercício, ora independente, só por si opera, como o mesmo acontece com a faculdade de sentir”. (p. 158).

idéias puras de substância, de tempo, de espaço, do infinito, do justo e do belo. O autor dos *Fatos* apresenta uma outra divergência essencial entre os discursos espiritualistas.

Outro ponto de divergência é a veracidade das nossas faculdades, o grau de confiança que nos deve merecer o seu testemunho e, por conseqüência, qual a verdade real, objetiva das coisas por elas testemunhadas: o que é o mais alto critério de verdade. (p. 159)

O autor fluminense afirma que o grande perigo que tem percorrido a tradição espiritualista é o do idealismo. Como vimos até agora, Magalhães vem buscando aprimorar o conhecimento do mundo a partir de duas principais convicções. A primeira apresenta a finitude do saber humano, dependente que é em última instância do corpo, do movimento inapreensível da matéria, o que representa uma inteligência em constante movimento (em relação ao conteúdo e não à essência, lembremos). A segunda busca apresentar o conhecimento como capaz de forjar lugares de encontros metafísicos e políticos a serem preservados e redesenhados com vagar e responsabilidade. Há, neste caso, uma classificação do mundo que, mesmo não representando o “em si” do mundo externo, é capaz de permitir orientação, pois, como afirma Magalhães - *“todas as sensações são fenômenos, aparências, sinais para o espírito de outros fenômenos, de outras aparências; mas sinais que os não representam realmente como eles são, mas só os classificam, e especificam, como fica demonstrado”*. (p. 208)

É a partir dessa dupla convicção que Magalhães se põe contrário ao esquecimento do mundo da matéria. Enfim, reconhecer limites ao saber humano e buscar comprovações mais seguras nas experimentações significava identificar, no mundo da matéria, traços que compõem, em algum grau, as imagens produzidas autonomamente pelo “eu”. A própria viabilidade da vida justa/feliz e coletiva do homem-no-mundo.

O autor declara que não se pode realizar uma investigação psicológica segura se o cientista não parte da análise conjunta dos mundos da inteligência e da matéria, buscando, na medida do possível, separar o necessário do transitório. Os espiritualistas, ao contrário, teriam se isolado do mundo e por isso foram mal

interpretados e acusados de serem idealistas pelos sensualistas/materialistas. Enfim, entre a inteligência e o mundo da matéria e o mundo dos sentidos não há síntese possível. O que ocorre, por outro lado, são acordos problemáticos que respeitam aquelas diferentes naturezas. Vejamos a próxima citação:

Estudadas como devem ser essas teorias das idéias arquetípicas de Platão, das idéias inatas de Descartes, da visão em Deus de Malebranche, da harmonia preestabelecida de Leibniz, não são tão despropositadas como parecem. Elas podem não satisfazer a todos, ou pelo modo porque foram enunciadas, ou pela impossibilidade de verificá-las, ou por defeito de algum fato mal observado que desorientou a lógica dos juízos; como em uma experiência química o elemento que escapa mesmo em pequena dose impossibilita a síntese, e, sem que tudo seja falso, nos deixa vacilantes sobre a verdade. (p. 160)

Podemos perceber que Magalhães critica as “não tão despropositadas” idéias dos mais representativos nomes da tradição espiritualista. Fala-nos do modo pelo qual as reflexões foram conduzidas. Uma metodologia que não contempla, como deveria, a existência do mundo, a observação e a experiência.<sup>247</sup> O resultado é a “falsidade” de algumas conclusões que nos “deixa[m] vacilantes sobre a verdade” e inclusive sobre a possibilidade de produção de conhecimento. O que, aliás, corroboraria o discurso cético de impossibilidade da afirmação de conclusões concretas significativas.

Os espiritualistas não teriam admitido que o sujeito é, em movimento, atordoado todo momento pela matéria e/ou pela memória em fluxo permanente. A inteligência não pode abstrair-se à impressão e aos sentidos, pois ela é movimento sempre fustigado pelo fora, além de possuir dentro de si, através da memória, “pedaços” do mundo da matéria.

Se sofre [o espírito], se goza por meio delas, às vezes sem querer, é para que atenda às necessidades da vida do seu corpo, e faça por ele o que não pode fazer a vida só por si, desde que foi submetida ao seu livre arbítrio, pelo lado somente em que lhe pode servir, e não em totalidade; pois que o corpo não nos é inteiramente sujeito. (p. 206)

---

<sup>247</sup> “A inteligência humana tem lei, tem limites que não lhe são dados ultrapassar” . p. 227. No caso de Kant, Magalhães afirma – “O que serão pois as coisas que se nos apresentam no espaço e no tempo? Coisas pensadas, sem realidade alguma fora do pensamento humano subjetivo”. (p. 254).

E ainda:

Creio que todo o gênero humano está convencido sem a menor dúvida de que ele percebe não só porque tem a faculdade de perceber, como porque há coisas que podem ser percebidas; que sem essas duas coisas indispensáveis, não perceberia nada. (p. 225)

Não nos é possível, por agora, realizarmos uma análise das críticas específicas que Magalhães faz a filósofos como Victor Cousin, Reid, Kant, Leibniz, Malebranche, entre outros. Entretanto, Magalhães critica os espiritualistas por terem se perdido em abstrações, por acreditarem ter apreendido as estruturas intuitivas da razão pura. O que significava um descolamento da consciência em relação ao mundo material do tipo sujeito *versus* objeto. Esse:

...antigo preconceito de se atribuir ao espírito o que lhe não pertence (...) Sentir para o espírito humano não é produzir a sensação como modificação sua, não é ser o sujeito dela; é recebê-la imediatamente, é ser forçado a reconhecê-la, a ter uma intuição dela, e a não duvidar de que alguma coisa existe realmente, que fora dele a produz, e de que mais coisas existem em que ela naturalmente se objetiva, como para gritar: Eis-me aqui, não duvides, e reconhece que eu não sou tu, nem coisa tua. (p. 233)

A percepção é para Magalhães diferente do que é para os sensualistas e para os espiritualistas, o resultado de um diálogo que se dá entre o mundo da matéria, os sentidos<sup>248</sup> e a inteligência. A inteligência, força racional, produz imagens autônomas em relação ao mundo externo e sensitivo. Se não fosse a autonomia da inteligência, o homem viveria num eterno fluxo material ou sensitivo, algo que necessariamente eliminaria os cálculos (ciência), as noções de certo e de errado, e, por conseqüência, as noções de liberdade e de responsabilidade. Como podemos concluir, tanto os materialistas e os sensualistas, afirmando a inevitabilidade dos fatos a partir de movimentos externos à consciência, quanto os espiritualistas, revelando, em última instância, uma consciência livre das paixões e do mundo, contribuíram para a realização de um mundo comandado pelo irracional, pela força

---

<sup>248</sup> Volto a lembrar que, neste trabalho, penso o mundo da matéria e o mundo dos sentidos menos como duas esferas distintas, do que como um único universo capaz de dialogar, em movimento, com a inteligência. Enfim, o problema da força vital não será tratado, até porque não nos parece alterar a definição que apresentamos acerca do que é a noção (faculdade) de percepção para o filósofo fluminense.

e pelos interesses individualistas e/ou utilitaristas. Em uma única palavra, pelo arbitrário.

Os liberais doutrinários acreditavam ser capazes de identificar o ser das coisas que se movimentavam no mundo da matéria. O historicismo dos políticos e letrados responsáveis pela construção da direção Conservadora propunha um todo moral e punitivo descolados da pluralidade intrínseca ao movimento do mundo. Alegaram que o Estado devia atuar de forma centralizada, pois a liberdade não podia ser regra geral em um país repleto de barbarismo e selvageria. A equação mais uma vez é simples. A autonomia reflexiva é rechaçada em prol da atuação de algumas mentes inumanas que seriam capazes de asseverar o que realmente é e o que deve-ser exatamente. O resultado é a perpetuação do monopólio do *logos* e da força.

A inteligência, por mais que parta das certezas psicológicas, não é capaz de desdobrar-se sobre si mesma e de produzir uma conclusão anterior ao seu estar-em-movimento desde sempre, como já vimos. As ciências (entre elas a filosofia) se esforçam em inesgotável agitação para separar o que pertence ao “eu”, à sensação e à matéria. É isto que nos garante a autonomia reflexiva e a liberdade política e civil, a saber, a consciência da incompletude constitutiva do saber humano acompanhada da necessidade de se construir certezas apenas problemáticas/provisórias para a superação parcial da natureza animal. Enfim, a possibilidade de criar e de sonhar assegurada pela presença e pelo aceite das diferenças.

Grandes verdades nos revelam as exceções da regra geral da natureza; verdades talvez mais transcendentais e instrutivas que as verdades comuns. Sem os sonhos, sem a doidice, sem o delírio, a embriaguez, a paralisia, que fazem que uns ouçam, vejam, e tenham sensações e percepções diversas das que tem o geral dos homens, é provável, ou talvez certo, que jamais filósofo algum fosse levado a duvidar da veracidade das nossas faculdades, na impossibilidade de explicar por meio de suas teorias imperfeitas esses fenômenos tão instrutivos. (p. 214)

### 4.3. Liberdade e responsabilidade

Podemos perceber que há dois caminhos necessários à produção de conhecimento em Magalhães. O primeiro, o transcendente, aponta para um desprendimento em relação àquilo que seria ordinário, o caminho que deve percorrer o “eu” para dentro de si mesmo. O segundo, o caminho da experimentação e da demonstração, leva-nos ao mundo da mobilidade caótica da matéria e dos sentidos, nos apresenta os limites da inteligência. O que há aqui é um paradoxo que forja a condição humana e que não deve, nem pode, ser sintetizado. O conhecimento da verdade, somente após o abandono do corpo através da morte.

E quem nos diz que todos esses incomensuráveis mundos que vagam pela imensidade do espaço; todas essas cenas que arrebatam o espírito na meditação vertiginosa do sublime da natureza, estarão aí perdidas, sem que nenhum espírito as admire, sem que nós mesmos, libertos deste corpo animal, não as admiremos um dia! (p. 291)

Pois bem, dois são os sentidos da investigação proposta pela consciência de si. De um lado se busca conhecer o mundo da matéria e de outro compreender a mais pura verdade para se atingir o Bem (Deus). Como vimos, entretanto, a produção de conhecimento em qualquer nível, é sempre problemática. O homem não é capaz de afirmar os exatos contornos das coisas, assim como não lhe é permitido conhecer nem a si mesmo nem a Deus. Entre Deus e o homem há uma diferença essencial. Aquele é a Causa Primeira, o supremo Bem, este é em movimento desde sempre, procurando, encontrando parcialmente, esquecendo (criatura, logo potência e ato). Vejamos:

A faculdade de saber e de pensar posto que seja contínua e permanente, as coisas pensadas são sucessivas e passageiras; se assim não fosse não haveria passado para o espírito humano, tudo lhe seria presente como a Deus. Logo que há sucessão nas coisas pensadas, há esquecimento de algumas; e essa interrupção na ordem das idéias [acaba a] parece[r] uma interrupção da faculdade de pensar. Esse esquecimento é necessário e útil; porque se estivesse sempre o espírito a se recordar de todas as suas cogitações passadas, não faria nada de novo. (p. 303)



Em Magalhães, qualquer reflexão que busque escapar de vez à fluidez da matéria acaba por não lograr êxito pleno. É a partir dessa certeza que o autor afirma a necessidade ininterrupta de diálogos para se construir o conhecimento, assim como para forjar as normas que regem o mundo social. Melhor dizendo, o espírito é fadado a participar do movimento do mundo da matéria e do mundo social sem que possa conhecê-los nos moldes da relação sujeito *versus* objeto, newtoniana. O espírito possui sua autonomia, como já vimos, porém sua visão é desde dentro do mundo. O resultado é que o espírito deve manter-se em reflexão permanente devendo, não obstante, preocupar-se em ouvir aqueles outros que são, como ele, finitos, e que podem contribuir com diferentes perspectivas alcançando-se ou não acordos. Dão-se assim a reflexão e o diálogo. Observemos o que diz Magalhães sobre a finitude da atividade reflexiva do “poderoso” poeta:

Os que o vêem nesse estado participam do seu entusiasmo, olham-no como um objeto sagrado, e o crêem possuído de um espírito divino; e esse espírito divino *é esse mesmo espírito humano de todos os dias*, que um momento após *sentirá o seu corpo extenuado pelo que não fez*, e não poderá lembrar-se do que pensou, do que disse, quando subtraindo-se às sensações o mais que lhe foi possível recobrou a virtude que lhe é própria. (p. 320) (Grifo próprio)

Segundo o autor, o homem recebeu de Deus a finitude e a liberdade justamente para se movimentar em meio à matéria e para se fazer meritório de conquistas, assim como responsável pelos seus erros. Todavia, o homem não saberia lidar com a idéia de liberdade sendo esta um expoente de sua finitude. Ou tende a imaginar a liberdade como uma atribuição onipotente, idealista, ou a tem como inexistente. Ambos os casos seriam responsáveis pelo esquecimento do mundo e, por conseqüência, da civilização. Estaria criada a possibilidade significativa para a apropriação do mundo pelas forças autoritárias, obscurantistas. Enfim, a própria moral escrava que tinha se instalado no Império do Brasil. Como afirma César de Araújo Fragale:

Ora, Magalhães entende que a razão pela qual a inteligência e o livre arbítrio originam o erro deve-se ao fato de que o indivíduo historicamente passou a desdenhar e a esquecer-se da própria imagem concebida mediante a participação na idéia de Deus, como absoluto ou mistério, que a razão exige no âmbito da consciência de si.

Essa participação é que garantiria a liberdade de cada um sem prejuízo da possibilidade de conciliação e concordância em função da necessidade do ser em comum. Portanto, não seria por causa da fé, da Providência e em nome da presciência divina que se colocaria em dúvida a liberdade humana. Pelo contrário, a religiosidade cristã, fundada na idéia do ser infinito independente, constitui-se, em Magalhães, no ponto de partida mesmo de toda a argumentação em favor da liberdade humana como expressão de esforço, conquista e civilidade.<sup>249</sup>

Segundo o autor fluminense, a instância suprema, Deus, existe independente do mundo, não se confundindo com ele. Deus possui dentro de si a sabedoria plena que tudo contém, todavia o homem não deixa de possuir liberdade e responsabilidade para tomar suas próprias decisões.<sup>250</sup> Afirma Magalhães que o não reconhecimento da liberdade como um elemento do espírito humano em meio à totalidade do universo é um erro, equívoco este cometido de formas contrárias por homens como Malebranche e Condillac. Aquele criou um todo determinado em que o homem apenas pensaria o que fosse permitido por Deus, logo tudo caminharia de forma a não reconhecer o par erro/acerto. Condillac, ao contrário, não entendendo como uma força exterior absoluta poderia existir e permitir ao homem atuar no mundo a partir da não determinação, teria preferido descrever daquilo que para Magalhães é a Causa. Condillac teria optado pela força dos sentidos e com isso teria destruído a capacidade autônoma da inteligência. Por fim, tanto num como n'outro há ausência de liberdade e de responsabilidade. Vejamos, através de certa simulação, como Magalhães afirma as necessidades de refletir e de obrar, que constituem o homem, ao mesmo tempo em que nos mostra a força de um Deus inatingível:

...tudo é como deve ser, e tudo o que é possível já é, e há de ser. Eu vos criei livres e inteligentes *para que por vós mesmos* procurásseis conhecer os meus pensamentos eternos, e praticásseis a virtude, como eu a concebi no meio de todos os contratemplos passageiros, *segundo as vossas forças*; a verdade vos será mostrada na minha eternidade, e com ela vos darei o prêmio dos vossos esforços. (p. 346) (Grifo próprio)

<sup>249</sup> FRAGALE, C. de A., 2003, p. 72-73.

<sup>250</sup> Como afirma Magalhães – “a coexistência da liberdade e da necessidade prova que tudo foi previsto e ordenado com maior sabedoria que a ordem de todo esse imenso universo. E como de fato existe esta harmonia da liberdade e da necessidade, nenhuma dificuldade temos de admitir o livre arbítrio, distinguindo-o do elemento fatal e previsto que lhe resiste, e da oposição mesma de todas as vontades livres que se combatem, coordenam e harmonizam perante a razão absoluta e a necessidade das coisas que não dependem da nossa vontade, possa tudo estar previsto, sem que deixem os homens de ser livres”. Apud. Ibid., p. 73.

O dever-ser no mundo é construído a partir de um duplo viés, sob os cuidados reflexivo-analíticos, e a partir, sempre que possível, do par observação/experimentação. Não bastam a reflexão e o isolamento para o estabelecimento de normatividade. Sendo o homem corpo e espírito, as conclusões morais são instáveis, seqüencial é o pensamento humano, pois – “...*não há verdade em ciência alguma, não há fato novo, achado pelo trabalho assíduo de alguns espíritos, que não fosse, e não seja combatido por mil juízos antecipados. Outras vezes, não podendo conciliar fatos que nos parecem contrários ao que sabemos, negamos hoje o que afirmamos ontem, damos agora como causa o que antes reconhecemos efeito, ou desacordados duvidamos de tudo*”. (p. 348)

O livre-arbítrio humano deve ser utilizado a partir do reto uso da consciência de si. A inteligência, ao buscar a verdade e através desta atingir o Bem, não alcança, porém, plenamente o seu intento. Como afirma Magalhães: “*Livres somos nos nossos esforços e o que há de ser acontece, não por ter sido previsto e determinado, mas como uma conseqüência natural da luta da liberdade contra a necessidade*”.<sup>251</sup>

Magalhães está afirmando a diferença essencial entre Criador e criatura. Alertando-nos para o necessário cuidado com o mundo.

Mas sendo este universo sensível um reflexo fora de nós dos pensamentos de Deus, os quais intuitivamente percebemos, esse Ser eterno que o concebeu lhe dá duração, e faz que constantemente nos afete. (p. 349)

O que constantemente nos afeta não é Deus, mas sim o seu plano, do qual fazemos parte. Vivemos, portanto, em contato direto com o mundo que mesmo existindo a partir de Deus, com ele não se confunde, possuindo concretude. O que há é que, diferente dos outros animais, seríamos capazes de nos aventurarmos através da inteligência e da emoção à procura do que é verdadeiro e do Bem. Magalhães exclama que se utilizarmos devidamente a liberdade e a inteligência, seremos auxiliados por Deus a persistir naquilo que seria nossa tarefa, nossa responsabilidade, a saber, libertar-nos do determinismo da natureza e encontrar-nos,

---

<sup>251</sup> Apud. FRAGALE, C. de A., 2003, p. 78.

por meio da consciência de si, com os outros e com o Criador. Todavia, enquanto humanos, nunca deixaremos de ser entes finitos, lembremos da metáfora kantiana da pomba.

Todavia, nesse acordo provisório entre a inteligência e o mundo há pontos de interseção. Em relação à moral, o mesmo se pode afirmar. As conclusões normativas possuem determinada estabilidade, pois são resultados do acordo entre vozes inteligentes que se põem a caminho desde a ordem universal. Pois:

Se no estado normal o efeito corpóreo das nossas percepções parece mesmo e real para todos, é porque a série dessas idéias que produzem o corpo, e os corpos, se refletem em todos os espíritos do mesmo modo, tendo elas sido todas pensadas por uma só inteligência. (p. 351)

Enfim, uma relação entre o Todo e o espírito humano em liberdade, a quem teria sido conferido livre arbítrio para afastar-se ou não, na medida do possível, do mundo natural, o das paixões, e encaminhar-se em direção ao plano universal desde sempre estabelecido.

Mas o espírito humano não é um simples pensamento da inteligência eterna que, sem se reconhecer, se mova por determinações necessárias; que só exista intelectualmente em Deus, ou como objeto para outros espíritos, do mesmo modo que o corpo existe para nós.

O espírito tem consciência de si; na sua inteligência se refletem os pensamentos de Deus; ele procura compreendê-los, delibera, e obra por si mesmo. Essa consciência e liberdade lhe dão uma individualidade real, a posse de si mesmo, ele diz *eu*, e realmente existe; e quer o constituísse Deus com o seu próprio ser, quer lhe desse um ser análogo ao seu, de ambos os modos ele se conhece pela sua própria consciência, e se distingue da consciência eterna e universal, bem como da consciência de todos os espíritos seus irmãos. (p. 353)

Pois bem, o homem livre e inteligente é capaz e responsável pelos atos cometidos. O homem enforma o mundo da matéria e o mundo social, de acordo com suas reflexões e atenção às movimentações desses próprios mundos. O homem deve produzir sentidos provisórios, atuar no mundo, todavia, não nos esqueçamos, sem abandonar sua constitutiva incompletude.

A inteligência divina seria a única e solitária espectadora dos seus belos pensamentos, se não houvesse outras inteligências que os percebessem, e onde eles se

refletissem. Incompleta fora sua obra, se tendo Deus pensado a ordem social, e a virtude no meio de todos os contrastes, e seres livres que a executassem, não desse a esses seres da sua inteligência uma existência real, uma consciência própria, e uma verdadeira liberdade. O fato é que existimos. (p. 354)

Gonçalves de Magalhães busca ressaltar a humanidade do homem. Entrementes, é preciso ficar claro que o autor está se referindo à finitude do homem como uma dimensão constitutiva capaz de construir sentidos para a existência, quer individual, quer coletiva. Não deve ser responsável, tal constatação, por atitudes de impotência e de isolamento. É do cotidiano, em última instância caótico, que o homem, finito em sua capacidade reflexiva, parte em direção ao estabelecimento de intersubjetividades parciais<sup>252</sup> As próximas palavras de Magalhães são essenciais à nossa análise.

O que limita o nosso poder é o corpo animal, essa imagem, esse complexo de fenômenos sensíveis, sujeito a leis necessárias, independentes da nossa vontade, que demanda imperiosamente a nossa atenção, e involuntariamente se opõe às nossas determinações. O corpo não nos foi dado como uma condição de saber e de querer, mas como uma sujeição que coarctasse (sic) esse poder livre, de que abusaríamos, *chamando-nos à vida prática*. Sem esse corpo, sem as relações sensíveis com outros espíritos, e com os objetos pensados por Deus, e postos ao nosso alcance, não poderíamos efetuar as intuições puras de justiça, de dever, de virtude e do belo no meio de todas as lutas da liberdade e da inteligência [...] Só com esta triste condição poderíamos ser entes morais. *Essa é a nossa glória, e o nosso bem*. Só tem liberdade neste mundo quem é inteligente; só tem inteligência quem é livre, e obra por si mesmo; e quem tem inteligência e liberdade tem consciência de si mesmo, é de necessidade um ente moral. (p. 354-355) (Grifo próprio)

Magalhães afirma a finitude humana e esclarece que tal condição constitutiva deve fundamentar a construção de mundos. É em função da condição humana comentada que o homem pode, ou não, promover civilização e ordem. É em meio ao caótico que esse mesmo ser finito deve atuar utilizando-se de sua liberdade e de sua inteligência, não se esquecendo que está exposto ao erro e que é um ser responsável. Portanto, conclui Magalhães, liberdade e inteligência são atributos que

<sup>252</sup> Assim afirma César de Araújo Fragale – “Tratava-se, portanto, da necessidade de conciliar a singularidade da existência de um indivíduo sob o estado de natureza, em que prevalece a vontade de cada um, e a universalidade da existência social desse mesmo indivíduo sob regras ou preceitos gerais obtidos pelo entendimento no âmbito da consciência de si, uma vez que a sociedade humana não é um fato natural como a ‘sociedade das abelhas ou das formigas’”. FRAGALE, C. de A., 2003, p. 83.

devem ser estimulados. A partir de tais atributos necessários, o homem se torna um ente moral, responsável por seus atos. Em outras palavras, o par finitude/construção problemática, ao mesmo tempo em que enforma o mundo social, dá condições aos seus integrantes de punir aqueles outros que cometam determinados desvios, arbitrariedades.

Magalhães afirma, por um lado, o essencial caos que habita o mundo, porém, ressalta a necessidade de se atuar com autonomia, a partir de “trabalho incessante”.

Concebemos que a vida humana e a ordem social podiam ser melhores do que são; que não estivéssemos sujeitos a tantas aflições e enfermidades; que não necessitássemos de tão rudes trabalhos para esta vida transitória; que justas fossem todas as nossas inclinações; que não houvesse ódios e guerras; que Deus mesmo nos governasse. Mais o que seria então a liberdade humana [...] Qual seria o nosso mérito, se nenhum obstáculo se nos apresentasse? O que seria a virtude, se a não praticássemos com algum esforço, vencendo as dificuldades e os vícios com que nos opomos uns aos outros? Qual seria a nossa ciência, quais as nossas artes, a nossa indústria, se as necessidades, as privações e as misérias humanas, a que chamamos males físicos e morais, não nos instigassem a uma contínua atividade livre, a um trabalho incessante. (p. 355-356)

Num primeiro momento salta-nos aos olhos a presença, no pensamento de Magalhães, de algo parecido com a *astúcia da razão* hegeliana, o que não seria nada absurdo, pois o filósofo alemão foi muito importante à formação de Victor Cousin, um dos principais interlocutores do pensador brasileiro. Poderíamos dizer que a escravidão, a colonização, a violência, o centralismo, que todos esses elementos fariam parte de uma ordem secreta do mundo, dimensionada por Deus. Afirmaríamos ainda que o discurso de Magalhães a favor do uso reto do binômio liberdade/inteligência se realizaria no âmbito do privado, da consciência, afastado do mundo social. Pois bem, essa seria uma visada ao meu ver equivocada.

Magalhães proclama a organização subjacente do universo, porém, ao mesmo tempo, alerta para a necessidade da reflexão e da atuação no mundo. Ocorre que se é vedada ao ser humano a totalidade, ele deve autonomamente refletir e atuar, caso contrário, ficaria à mercê de vozes obscurantistas. É esta presença humana no mundo que aproximaria o desigual à equidade, o vício à virtude, modificando tudo o que injusto.

Mas demos que desaparecessem todas as virtudes, e todas as ciências, desaparecendo todas as suas ocasiões, todos os vícios, e todos os males humanos. Mesmo assim essa sociedade de máquinas vivas, pouco mais ou menos como a de abelhas, impossível seria com a inteligência e a liberdade; porque bastariam estas duas condições para que cada indivíduo pensasse, discorresse, e quisesse ordenar as coisas a seu jeito; e cada qual pensando, e querendo operar a seu grado, não haveria acordo, não haveria sociedade, seria a guerra o estado permanente, e viveriam os homens em um estado muito pior do que o atual. Supondo porém uma sociedade de entes sem liberdade, sem virtudes nem vícios, sem bens nem males, todos de acordo e uniformes obedecendo a uma só vontade sempre justa; uma tal sociedade é possível, e talvez exista em qualquer outro sistema planetário; mas sendo também possível uma sociedade de homens livres, *que não exclui a outra, nem é por ela excluída*, esta sociedade existe de fato em nosso planeta, e dela somos membros, livres graças a Deus, *a fim de que sejamos justos por nós mesmos, virtuosos e sábios por nossos próprios esforços, e não um rebanho de máquinas, obedecendo cegamente a uma vontade soberana.* (p. 356) (Grifo próprio)

Essa passagem nos revela um Magalhães preocupado com a atuação do homem no mundo. A liberdade e a inteligência como forças autônomas que não deixam de dialogar com o caótico mundo da matéria, com o mundo social nos levariam a rechaçar os discursos que propusessem mundos ideais.

Magalhães exorta o homem à presença, à manutenção e à transformação do mundo. Tudo isto, porém, a partir do trabalho, da parcimônia, da compaixão, da sabedoria, do altruísmo e da humildade. Moralidade construída, claramente, a partir das tradições católicas.

A atuação no mundo seria calcada numa ética construída a partir de dois pontos. De um lado os imperativos determinados pela autonomia da razão. Por outro lado, porém, os resultados concretos que estariam se desdobrando dentro da sociedade. Como em toda a obra de Magalhães encontramos, também nas reflexões ético-morais, a presença da dupla razão/experiência. Magalhães fala dos riscos do isolamento reflexivo à implementação de normatividade, utilizando-se, como exemplo, da figura de um príncipe despótico que atuaria de acordo com suas abstrações e paixões, independente daquilo que se estaria resultando no coletivo. Vejamos:

Se um príncipe cuidar que o seu maior interesse, a sua verdadeira glória, consiste em governar despoticamente a seu bel-prazer, sem a menor oposição; e se, para sua segurança, assentar de organizar um grande exército, assalariar mercenários, mandar

prender e matar os homens inteligentes que não queiram submeter-se à sua tirania, escoltar-se de vis adúlteros: fará bem esse príncipe? (p. 363)

A questão para Magalhães é cuidar para que o ato de reflexão que deve orientar o estar no mundo não venha a se transformar em isolamento, logo em arbitrariedade. Portanto, ao mesmo tempo em que fala da importância de um pensamento emancipado das paixões, do simples interesse, alerta para a relação constitutiva estabelecida entre pensamento, matéria e sociedade. O homem pensa a partir do mundo social, e desde dentro dele cria o novo. Parece que qualquer desalinhamento nessa relação de forças seria prejudicial à vida humana em sociedade, pois:

O homem é antes um ente social, do que individual. Desde o momento em que aparecemos neste mundo até aquele em que o deixamos, a cada instante dependemos e necessitamos da sociedade; nela vivemos, por ela e para ela nos instruímos; todos nela pensam, e trabalham por nós e para nós; como nós por ela e para ela: a mesma razão nos ilumina a todos; a nossa consciência é por assim dizer a consciência da sociedade; e mais vezes a consultamos do que a nós mesmos. A inteligência, a vontade, o amor, a paternidade, a amizade, a caridade, o heroísmo, as intuições puras do bem, do belo, e do justo, todas as ciências, todas as artes belas, todas as indústrias, a saúde e a enfermidade, *tudo nos conduz à sociedade, ou dela nos vem, como um fluxo e refluxo contínuo de um só elemento.* (p. 367) (Grifo próprio)

Enfim, a moralidade em Magalhães não é uma construção individual e idealista do dever-ser. Ela obedece a resultados e a quereres específicos de cada agrupamento social, de cada Nação. A moral, assim como a Nação, é fruto de um complexo diálogo entre a consciência de si e o pertencimento a um determinado mundo social. Responsabilidade dos homens inteligentes em nome da ordem e da civilização, em última instância, potencialização dos atributos humanos conferidos por Deus (razão e ação).

Voltando ao capítulo anterior, o escravo, presença marcante no Império do Brasil, aparece como um elemento desapropriado de sua condição humana, de liberdade e de responsabilidade, grande empecilho à formação de um todo social substantivo. As camadas pobres de todas as sociedades, como o proletário europeu – “escravos brancos” -, eram desprovidas de educação e assim afastadas dos diálogos que visariam a estimular a ordem e a realização parcial humanas. E como



já vimos, liberdade e inteligência seriam os requisitos fundamentais à construção de uma sociedade dialogal e moral. A nossa obrigação, enquanto seres humanos, seria a de refletir com autonomia e atuar no mundo a partir da consciência da finitude, lugar de partida e de chegada. Terminando, Magalhães se referia, especialmente, à grande maioria daqueles que habitavam e dirigiam o Império do Brasil. Seres desacostumados a refletir, entregues ao egoísmo, à natureza animal; dirigentes e súditos, senhores e escravos a um só tempo. Homens que se empenhavam, segundo Magalhães, em se tornar ainda mais irracionais e arbitrários; a re-cunhagem da moeda colonial como evidência do rumo despótico e nada humano que tomava o Estado-Nação brasileiro. Mas ainda assim, esperança e movimento necessários, pois de...

Que nos importa tudo esteja previsto, se essa previsão nos deixa livre a consciência, e ignoramos o que há de acontecer? Não sabemos todos que havemos de morrer? Quem o duvida? Mas a incerteza do dia da morte, em que ninguém pensa, deixa a todos livre campo a mil projetos até o fatal momento. Nós devemos praticar como se nada estivesse providenciado; como se tivéssemos a faculdade de mudar inteiramente a ordem das coisas; como se só de nós dependesse o nosso estado, e outro pudesse ter sido nosso passado. Essa ignorância do que tem de acontecer nos dá uma inteira liberdade nos nossos juízos, deliberações e resoluções, e perfeita moralidade aos nossos atos. A fatalidade nas coisas humanas não se apresenta como razão e motivo das nossas determinações, senão como um efeito, um resultado delas. (p. 360)